

No rumo da memória: radicalização do movimento dos marinheiros em 1964

Edgar Ávila Gandra*
Robert Wagner Porto da Silva Castro**
Thiago Cedrez Silva***

Resumo

Este artigo busca reler o movimento dos marinheiros entre os anos de 1962 a 1964, e, em especial, a sua radicalização neste último ano, a partir da análise das contradições imanentes ao próprio objeto estudado, visto que, as demandas desses militares encontravam barreiras de diversas ordens, principalmente, pela negação da alta administração naval em abrir espaços de negociação referente aos direitos básicos dos praças menos graduados dessa força. Além do clima político tensionado do período, o artigo apresenta a hipótese de que as origens sociais díspares de oficiais e praças da Marinha, associadas às relações hierárquicas estabelecidas com os marinheiros, também reforçaram essa negação. Será analisada ainda a escalada da crise entre o Conselho do Almirantado e a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, como parte integrante do processo que culminou com o golpe civil militar, no ano de 1964.

Palavras-chave: Marinheiros; Memória; Radicalização; Demanda social.

A releitura do movimento dos marinheiros entre os anos de 1962 e 1964 a partir de um referencial teórico fundamentado em uma história política que, segundo Rémond, não mais se atem ao “[...] estudo do Estado como se ele encontrasse em si mesmo o seu princípio e a sua razão de ser [...]” (RÉMOND, 2003, p. 20), mas passa a analisar as origens das decisões políticas, ou em suas palavras, “[...] a raiz das decisões, as estratégias dos grupos de pressão.” (RÉMOND, 2003, p. 21). Este artigo tem como objetivo, contribuir para um melhor entendimento da relação entre antigas demandas

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

** Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

*** Mestrando em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

sociais básicas inerentes aos praças das graduações iniciais¹ da Marinha do Brasil e a mobilização desses militares em um cenário político tensionado entre os anos de 1962 e 1964. Esta releitura realizar-se-á a partir da análise de obras memorialísticas de integrantes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e da crítica a trabalhos historiográficos de autores que, em alguma medida, abordam o movimento dos marinheiros como acontecimento preponderante para a instauração de uma ditadura civil-militar no país, em abril de 1964.

A partir de demandas básicas, como melhores condições de trabalho e remuneração, além do direito ao casamento, os marinheiros mobilizaram-se no ano de 1962 para constituir uma associação que os representasse e os assistisse naquilo que necessitassem, especialmente no apoio social aos militares recém “embarcados” na Marinha, mas, submetidos a um regulamento disciplinar² que constantemente os colocava em situação de vulnerabilidade na relação com seus superiores. Inseridos em um contexto político nacional tensionado do início dos anos 60, os marinheiros não encontraram respaldo para suas reivindicações junto à alta administração naval. E, dessa maneira, radicalizaram seu movimento, culminando com a assembleia no sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, no dia 25 de março de 1964, e a repressão sobre eles advinda após o golpe civil-militar.

Num primeiro instante desta pesquisa, trabalharemos a memória reavivada enquanto instrumento para a reflexão e reconstrução da trajetória desse segmento específico de militares durante o recorte temporal em questão. E o diálogo desse referencial com a história política, que busca “[...] as raízes das convicções e as origens dos comportamentos nas profundezas da memória coletiva ou do inconsciente.” (RÉMOND, 2003, p. 36).

Por fim, apresentaremos algumas demandas específicas dos marinheiros e o contexto político-social em que seu movimento estava inserido, nos anos iniciais da década de 1960. Nesse sentido, partiu-se da análise a partir desta perspectiva através do exame de obras memorialísticas de integrantes do movimento dos marinheiros, a relação

¹ Conforme Art. 3º do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, as graduações iniciais na Marinha do Brasil são “taifeiros”, “grumetes”, “marinheiros” e “cabos”. Sendo que de acordo com o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais, em termos hierárquicos, as graduações de “marinheiro” e “soldado fuzileiro naval” se equivalem, contando a antiguidade pelo tempo na referida graduação.

² Trata-se neste caso do Regulamento Disciplinar da Marinha (RDM).

entre suas reivindicações junto à alta administração naval e a radicalização da AMFNB à esquerda em apoio ao programa reformista do então presidente João Goulart.

Além de apresentar uma contribuição para o estudo da questão social latente nas Forças Armadas brasileiras, em especial na Marinha do Brasil, este artigo busca, também, contribuir para um melhor entendimento da relação entre a negação da alta administração naval em estabelecer um diálogo com os marinheiros sobre suas demandas e a escalada da crise com a radicalização do movimento. Evidenciam, então, as experiências desse grupo social em um período tensionado da história brasileira, sobretudo no tocante às suas reivindicações por direitos sociais, melhorias na carreira e nas condições de trabalho.

A memória em evidência

Por se tratar de um tema ainda tão “vivo” na história de nosso país, o golpe civil-militar e a própria ditadura implementada a partir desse acontecimento em 1964, justifica-se o fato de que cada vez mais seja objeto de estudo na área da historiografia. Mas, alguns segmentos envolvidos nesse contexto político-social tensionado do período em questão, ainda contam com uma abordagem historiográfica pouco aprofundada, no que tange às origens sociais de suas mobilizações. Entre esses segmentos estão os marinheiros da Marinha de Guerra Brasileira. Nesse cenário, optamos por utilizar a memória de ex-integrantes da AMFNB como principal instrumento para realizar um diálogo com as demais fontes que tratam do movimento dos marinheiros na década de 1960, a partir do enfoque proposto por este artigo.

Neste sentido, ao propagar a ideia dos “vencedores” em relação aos acontecimentos passados, a “memória oficial” relega ao esquecimento histórico, segmentos como o dos marinheiros, suas demandas e atuação na cena política, seja internamente à Marinha, seja na cena política nacional, como em 1964.

Corroborando a ideia de Pollak, ao analisarmos as “[...] memórias subterrâneas das minorias, dos marginalizados e dos excluídos [...]” (POLLAK, 1989, p. 4), torna-se possível compreender, de modo mais aprofundado, como determinados acontecimentos políticos ocorrem, e que só ocorrem a partir de pressões sociais. Nessa medida, de acordo com Thompson “[...] ao propor que se adotasse a perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo, traz-se ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados.” (LUCA, 2011, p. 113).

Sobre memória, existem inúmeras concepções, já que ela não se reduz ao simples ato de recordar. Para Halbwachs (2003), a memória seria um processo coletivo fruto da interação individual com os outros (o fenômeno social), possibilitando, assim, que as pessoas se lembrem de determinados fatos. Desse modo, cria-se a concepção de uma memória coletiva que abrangeria toda uma influência da cultura social na sua formação. Faz sentido analisar o fato de que os indivíduos dialogam entre si, criando-se assim uma linha tênue entre diferença e identidade, formadores de memórias que só podem ser significadas e reconstruídas a partir da vivência de uma sociedade ou de um grupo social específico.

Para Chauí, “[...] a memória é uma evocação do passado. É a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi salvando-o da perda total.” (CHAUÍ, 1995, p. 125). Tempo este, que aliado à memória, se diluiria em um único processo, seria uma ponte que integra as inúmeras extensões da própria temporalidade em movimento. Nesse sentido, Delgado (2006) traça um apanhado dos múltiplos significados potencializadores do conceito de memória, afirmando que não se trata de algo homogêneo e sim de uma:

[...] ordenação e releitura de vestígios (espontâneos ou induzidos), relacionada a comportamento, mentalidades, valores, experiências vividas; retenção de elementos inerentes a conhecimentos adquiridos; estabelecimento de nexos entre o presente e as experiências vividas; evocação do passado, através de reminiscências e lembranças; afirmação de identidade através do reconhecimento da pluralidade e alteridade, que conformam a vida em fluxo contínuo; atualização do passado no eterno presente; seleção e tensão entre o lembrar e o esquecer; evocação de utopias, que libertam o homem, fazendo do passado suporte para reconstrução do próprio presente e para construção do futuro; Manifestação de identidades, não unívocas, mas plurais, múltiplas e sempre atualizadas; reflexão sobre a experiência individual de vida, relacionando-a às experiências coletivas, ou seja, aos conteúdos históricos sociais. (DELGADO, 2006, p. 39).

Ainda que a memória seja uma capacidade humana, como afirma Chauí (1995), e, portanto individual enquanto faculdade mental. Faz-se necessário considerar que ela constitui-se também em um elemento fundamental para a construção ou (re)afirmação de identidades (culturais ou coletivas). Neste aspecto, segundo Halbwachs (2003), para que as lembranças sejam reconstruídas sobre uma base comum é necessário que existam muitos pontos de contato entre as memórias individuais. E que essas lembranças se distribuem individualmente “[...] dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais [...], portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas.” (HALBWACHS, 2003, p. 71).

Acerca da “memória coletiva” Joel Candau considera:

[...] impossível admitir que essa expressão designe uma faculdade, pois, a única faculdade de memória realmente atestada é a memória individual [...] a expressão “memória coletiva” é uma representação, uma metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo. (CANDAU, 2014, p. 24).

Mesmo não sendo a memória coletiva uma capacidade de memória, como afirma Candau, enquanto fenômeno de interação social dentro de um grupo ou segmento, onde lembranças individuais convergem em diversos pontos constituindo uma base comum. Ela é um elemento fundamental para a construção ou (re)afirmação de uma identidade e o estabelecimento de suas fronteiras. Na medida em que, segundo Woodward (2014), a identidade de um determinado grupo é relacional, ou seja, constitui-se a partir da relação e da diferença relativa a outras identidades e também se vincula a aspectos e condições sociais e materiais.

A memória, como instrumento de reconstrução da trajetória de determinados grupos não abarcados pela “memória oficial”, está intimamente relacionada com a ideia de cultura política. Inserida no contexto da renovação da história política com Rémond, a cultura política consiste em “[...] um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos.” (BERSTEIN, 1998, p. 350).

Assim, o trabalho de releitura da trajetória do movimento dos marinheiros, fundamentado em obras memorialísticas, a que se propõe este artigo, não pode ser realizado em detrimento da análise crítica de outros tipos de fontes. Neste caso, obras historiográficas que de alguma maneira abordam o referido tema e matérias publicadas na mídia impressa do período em questão. Pois, como os demais tipos de fontes com as quais o historiador trabalha, por força de seu ofício, as fontes de memória são também dotadas de determinado grau de subjetividade, mas com a característica de ser “volátil” de acordo com as demandas do presente. Ou, nas palavras de Laborie, a memória “[...] se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente.” (LABORIE, 2009, p. 80). Esta característica, não diminui sua relevância enquanto fonte a ser trabalhada pelos historiadores. Mas, no contexto de um passado “rejeitado” por grande parte da sociedade brasileira, como o golpe civil-militar em 1964, devemos tomar o cuidado de não sobrepor a memória à história, entre as quais, no entender de Rollemberg, existe um “[...] abismo aprofundado

com o tempo [...] num confronto em que os personagens e os testemunhos assumiram a missão de guardiães da memória, arautos da história.” (ROLLEMBERG, 2009, p. 378). Cabe sim ao historiador, analisar a memória enquanto fonte, ciente de que, “[...] imersa no presente, preocupada com o futuro, quando suscitada, é sempre seletiva. Provocada, revela, mas também silencia.” (REIS, 2004, p. 29).

Fruto de seu meio

Ao analisar qualquer acontecimento histórico, é fundamental que se compreenda as circunstâncias (políticas, sociais, econômicas e culturais) em que o mesmo se desenvolveu. A rebelião dos marinheiros e fuzileiros da AMFNB não é diferente. Ocorrida de fato entre os dias 25 e 27 de março de 1964, esse movimento - que contestava a situação social do grupo que representava, cobrando melhorias salariais e o acesso a benefícios sociais, “direitos políticos e civis” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1964, p. 6)³, além de manifestar apoio às reformas propostas pelo então presidente João Goulart - não diferia muito da maioria dos movimentos sociais da década de 1960. A característica peculiar desse movimento se apresenta no fato de que fora constituído essencialmente por militares de baixa graduação, isto é, cabos, marinheiros e soldados. Esse fato, associado à efervescência política do período, propiciou um maior destaque para as ações reivindicatórias da associação junto à alta administração naval.

Em sua gênese, a AMFNB tentava diminuir a acentuada diferença social existente entre oficiais e praças na Marinha de Guerra Brasileira. Tal tentativa se materializava em ações de caráter assistencial, empreendidas junto aos associados e suas famílias, tais como: assistência médica e jurídica, desenvolvimento de projetos de incentivo à educação com parcerias que proporcionavam o acesso às salas de aula, cursos de etiqueta básica, cursos de inglês, atividades recreativas (bailes, futebol e passeios pela cidade), amparo aos soldados e grumetes recém “embarcados” na Marinha (principalmente aqueles oriundos de outros estados do país) e ajuda aos marinheiros que desejassem abandonar vícios como o jogo e o alcoolismo. Tal situação contrastava com a realidade dos oficiais, cujo condicionamento cultural e intelectual, durante o curso de formação, visava prepará-los para representar o Brasil no exterior, por ocasião das constantes viagens que realizariam durante sua carreira naval. Bem como, por serem,

³ BIBLIOTECA NACIONAL. *O Globo*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1964. p. 6. Cf. consta no discurso do marinheiro de 1ª classe José Anselmo dos Santos, lido no dia 25/03/1964 no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara.

em sua maioria, oriundos das camadas mais abastadas da sociedade brasileira, deveriam, em tese, ter um comportamento “refinado”. Esse cenário de contrastes se agudiza, tendo em vista a origem da maioria dos praças⁴ da força naval brasileira, os quais eram recrutados entre as camadas menos favorecidas da sociedade e muito estigmatizados por suas “raízes”, tanto que, até o início do século XX ainda eram punidos com castigos corporais.

Desse modo, evidenciava-se um conflito iminente. No entendimento do ex-marinheiro Antônio Duarte, “[...] um conflito originado na estrutura envelhecida da Marinha, como se a instituição tivesse o direito de fazer do soldado uma propriedade semelhante a que se tinha na época da escravidão.” (DUARTE, 2005, p. 93). No entendimento do ex-marinheiro Avelino Capitani (1997, p. 17), o referido conflito teve suas origens fundadas nas características específicas da força naval brasileira:

A Marinha tem características diferentes das demais Forças Armadas, pois sua estrutura social não acompanhou seu desenvolvimento tecnológico. Aí temos o fundo da questão, que é político-social e geradora de todos os fatos posteriores. A Marinha evoluiu tecnicamente por necessidade, mas manteve o marinheiro na antiga e arcaica estrutura social de mando, sufocando problemas e reivindicações de quase um século. A velha ordem imperial persistia na Marinha apesar do progresso da humanidade. (CAPITANI, 1997, p. 17).

Em suas memórias, no que concerne à condição de vida e às relações estabelecidas com a oficialidade, tanto Antônio Duarte quanto Avelino Capitani, estabeleceram uma relativa semelhança entre o que vivenciaram na Marinha e a realidade escravista brasileira. Esta aproximação entre duas realidades distintas, construída nas memórias de Duarte e Capitani, está relacionada às demandas dos marinheiros e não propriamente às características do trabalho escravo, que não existia na Marinha durante o recorte temporal abordado. Os baixos salários, a acentuada diferença social existente entre oficiais e praças, associados ao rigoroso regulamento disciplinar que os impedia de contrair matrimônio⁵ e de trajar roupas civis quando em

⁴ Mesmo não sendo o objeto de análise deste artigo, cabe destacar as figuras dos suboficiais e sargentos nesse contexto. Pois, mesmo compartilhando, em sua maioria, das origens sociais dos marinheiros, esses elementos figuravam como subordinados diretos da oficialidade e, assim, responsáveis por “cumprir e fazer cumprir” suas determinações junto aos menos graduados. Mas, também se constituíam enquanto militares oriundos das primeiras graduações e, portanto, conhecedores das demandas dos marinheiros. Dessa forma, em alguns contextos, apoiavam as demandas dos cabos, soldados e marinheiros, evidenciando uma postura oscilante que mereceria mais estudo.

⁵ Item 52 do Art. 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

folga fora de suas residências⁶, nos confere um melhor entendimento acerca da construção das narrativas de memórias desses dois ex-militares sobre suas experiências de vida na Marinha.

Nas palavras dos ex-integrantes da AMFNB, descritas anteriormente, é possível observar que na mesma instituição militar existia um antagonismo social acentuado, que por força do ofício, era testado diuturnamente durante as relações de trabalho entre oficiais e praças. A bordo dos navios, essas relações se tornavam mais tensas, devido ao reduzido espaço, às longas viagens e, sobretudo, às regalias e conforto dos quais os oficiais desfrutavam, em detrimento da rotina e condições de trabalho a que eram submetidos os marinheiros. Tal situação se evidencia através de relatos como o que se segue:

O espaço reservado aos marinheiros eram os alojamentos e beliches apodrecidos pelo uso de décadas e privadas coletivas, uma valeta comum. Para os oficiais, ainda se conservava o conforto dos camarotes e banheiros individuais. (DUARTE, 2005, p. 92).

Devido ao pouco espaço e ao elevado número de militares a bordo dos navios de guerra, oficiais e praças eram distribuídos em locais de convivência e habitação, considerando-se a antiguidade dos mesmos no que concerne ao conforto⁷ a bordo. Desse modo, aos praças das graduações iniciais eram reservados alojamentos coletivos com beliches ou macas⁸ e banheiros comuns.

Nesse sentido, o movimento dos marinheiros em 1964 fora uma resposta destes militares às dificuldades que enfrentavam na Marinha, diante da indiferença e até mesmo da contrariedade de seus superiores em buscar soluções para antigas demandas. Assim, mesmo sendo fundada com objetivos assistencialistas, como citado anteriormente, era praticamente inevitável que a AMFNB não procurasse, junto ao alto escalão da Marinha, mudar a difícil realidade de trabalho e de vida dos militares de menor graduação. A referida tendência às reivindicações ocorreu porque marinheiros e fuzileiros passaram a discutir questões ligadas à rotina a bordo, às suas necessidades e aos antagonismos em relação aos oficiais⁹.

⁶ Item 39 do Art. 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

⁷ Cf. Art. 14 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

⁸ Cf. Art. 14 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

⁹ Seguindo o entendimento de E.P. Thompson no que concerne à definição de uma classe por suas relações com as demais, neste caso a relação entre oficiais e os praças nas graduações iniciais da Marinha.

O conflito social na Marinha do Brasil, sintetizado no radical antagonismo entre oficiais e praças, não encontrava paralelo nas outras forças. Em parte pela formação dos oficiais da Armada – como citado anteriormente, representantes das elites brasileiras – mas também pela doutrina de dominação que visava à manutenção do *status quo* então instaurado na entidade. Doutrina essa que ressaltava as origens sociais da maioria dos praças, as antigas práticas de recrutamento, os benefícios proporcionados pela Marinha (basicamente comida, teto e salário) e associava a imagem do marinheiro a do elemento relacionado à malandragem, vícios, brigas, farras e ao pouco desenvolvimento intelectual. Pois, por esta razão deveria estar sempre submetido à figura “paternalista” do oficial, cujo objetivo maior, quando no relacionamento com o marinheiro, seria **educá-lo**. Na medida em que grande parte destes militares deixavam suas famílias para ingressar na Marinha ainda muito jovens¹⁰, com pouco ou nenhum estudo, e, em muitos casos, ainda semianalfabetos¹¹. Desse modo, se construía um preconceito em relação aos marinheiros, que ultrapassava os limites da força naval, como exposto pelo historiador Flávio Rodrigues:

Sua imagem, aos olhos dos paisanos [...] correspondia em geral ao estereótipo do indivíduo desgarrado e de moralidade duvidosa, frequentador de prostíbulos e violento, toxicômano e alcoólatra: [...] por vezes, as mulheres mudassem de lugar nos ônibus, quando um marinheiro sentava-se ao seu lado [...] para não serem “confundidas”. (RODRIGUES, 2004, p. 60).

Ao negar o reconhecimento e a pertinência das demandas dos marinheiros, e ao não estabelecer um canal de diálogo, a alta administração naval contribuiu sobremaneira para a radicalização do movimento. Essa tendência à radicalização fica evidente nas palavras de Capitani: “A persistente obstinação do almirantado¹² em não reconhecer e condenar a Associação levou-nos a trilhar caminhos cada vez mais políticos e mais combativos na solução das reivindicações.” (CAPITANI, 1997, p. 25).

¹⁰ Em alguns casos, os grumetes ingressavam ainda aos 16 anos nos cursos de formação, conforme itens “a” e “b” do Artigo 17 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

¹¹ A alfabetização não era requerida para os marinheiros voluntários procedentes das Escolas de Formação de Reservistas Navais, bem como para os voluntários ao Corpo de Fuzileiros Navais, conforme item “c” do Art. 17 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada e do Art. 7º do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais, respectivamente.

¹² Refere-se ao Conselho do Almirantado, órgão consultivo da administração naval, então composto por todos os oficiais gerais efetivos do Corpo da Armada, conforme o Regulamento do Conselho do Almirantado.

A mobilização e suas influências

Ao tratarmos dos movimentos de caráter reivindicatório e contestador, promovidos por membros das Forças Armadas durante a história republicana brasileira, como o Movimento Tenentista e a Revolta da Armada, ambos conduzidos por oficiais, destacamos um, pela sua relação com o processo de radicalização do movimento dos marinheiros em 1964, neste caso, a Revolta da Chibata de 1910. Essa revolta teve significativa influência sobre os marinheiros da referida associação, primeiro por se tratar de um movimento organizado e conduzido por militares das graduações iniciais da Marinha de Guerra Brasileira, e, depois, por também ter como objetivo principal mudanças estruturais na força naval. Mais especificamente nas questões ligadas aos regulamentos internos, condições de trabalho, salários e ao tratamento dispensado pelos oficiais aos marinheiros. No caso da Revolta da Chibata, o fim dos castigos corporais.

Para aquilo a que se propõe este artigo, vale ressaltar que a influência exercida pela Revolta da Chibata sobre o movimento de 1964, não está somente no fato de ambos terem sido estruturados e desenvolvidos por marinheiros. Mas na coesão de um grupo tão diverso em torno de demandas comuns – ligadas principalmente a questões sociais no interior da força – e ao nível de consciência política alcançada por seus membros em ambos os casos, com o intuito de atingirem seus respectivos objetivos.

Dessa maneira, consideramos que a mobilização política de praças das Forças Armadas durante os primeiros anos da década de 1960, estava inserida em um contexto de ampla mobilização das camadas populares, que ameaçava a permanência das relações de dominação vigentes à época, representando assim:

A resistência daquela parcela das camadas populares em aceitar passivamente a perpetuação dos mecanismos discriminatórios e excludentes a que estavam submetidos, fosse no âmbito restrito da instituição militar, fosse no plano geral da sociedade. Esta resistência havia sido forjada num processo de intensa politização das questões sociais; muitas vezes assumiu, em termos da consciência moldada por este processo, contornos de uma luta de classes. (PARUCKER, 2009, p. 33).

“Marinheiros!!! À bombordo¹³!!!”

A fim de propiciar um melhor entendimento acerca da guinada à bombordo da AMFNB e, conseqüentemente, de parcela significativa dos marinheiros e soldados

¹³ “Bombordo” é a lateral esquerda de uma embarcação, quando observada da “popa” (parte traseira) para a “proa” (parte dianteira).

fuzileiros, historiaremos sobre os dois grupos que disputaram a diretoria da referida associação. A primeira diretoria, cujo presidente era o cabo artilheiro¹⁴ João Barbosa de Almeida, propunha uma aproximação com a administração naval a fim de obter facilidades e benefícios para a entidade, como o desconto das mensalidades em folha de pagamento. Porém, enfrentava oposição interna de um grupo mais combativo e politizado, composto basicamente por homens que serviam embarcados. Em abril de 1963, foram convocadas eleições antecipadas, devido às divergências internas à associação entre os dois grupos supramencionados. Com a vitória do grupo mais combativo, a AMFNB seguiu o rumo traçado por sua nova diretoria, que apontava para a radicalização e a aproximação a grupos civis ligados a luta social. O presidente desta segunda diretoria era o marinheiro de 1ª classe José Anselmo dos Santos¹⁵, que indicava a tendência do combate na arena política para alcançar as mudanças desejadas.

Com a ascensão do grupo mais combativo à direção da AMFNB o distanciamento entre o Conselho do Almirantado e o movimento dos marinheiros tendeu a aumentar, pois, aquele exigia que a associação alterasse seu estatuto, escoimando tudo que não dizia respeito a problemas de natureza cívica, cultural, beneficente e desportiva, para que, assim, pudesse ser reconhecida pela alta administração naval e, desse modo, pudesse recolher as mensalidades de seus associados diretamente em folha de pagamento, da mesma maneira como a Associação dos Taifeiros da Armada¹⁶ (ATA) procedia junto ao seu quadro de associados. A diretoria da AMFNB por sua vez, rejeitava esse discurso, e cobrava em assembleias e manifestações em atos políticos, uma reformulação do Regulamento Disciplinar para a Marinha, bem como melhores salários e condições de serviço, o reconhecimento de sua associação pela força naval, estabilidade na carreira, direito ao voto e ao casamento, além de poder usar trajes civis nos horários de folga.

Em artigo no jornal **A Tribuna do Mar**, da AMFNB, publicado no dia 12 de fevereiro de 1964, e intitulado Comentando, o marinheiro Raul Duarte ressaltava o contraste entre o tratamento dispensado a duas associações diferentes, porém compostas por marinheiros e cabos, a AMFNB e a ATA, dizendo o seguinte:

¹⁴ Especialidade militar naval referente à artilharia, isto é, aquele que é capacitado para operar, manter e reparar o armamento portátil e fixo nos navios e quartéis da Marinha.

¹⁵ Conhecido como “Cabo” Anselmo.

¹⁶ Fundada em 2 de julho de 1959 e reconhecida desde então pela administração naval.

Não queremos com isso ser contrários aos direitos dos colegas **taifeiros**, queremos apenas lembrar às autoridades navais que não é possível continuarmos sofrendo certas discriminações na situação atual, onde todos os povos do mundo procuram reivindicar os seus direitos negados até então. Que isto não continue como está, pois, **para que sejam salvaguardadas a disciplina e a hierarquia militar**, torna-se necessário que se dê a cada posto e graduação, **os direitos que lhes cabem**. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1964a – grifos no original).¹⁷

No trecho do artigo transcrito acima, o marinheiro Raul Duarte utiliza uma eventual subversão da disciplina e da hierarquia para pressionar a administração naval a atender suas reivindicações. É possível perceber então, qual a moeda de negociação que a diretoria da associação de marinheiros e fuzileiros pretendia utilizar, e de fato utilizou, no intuito de ver atendidos os seus pleitos.

Alguns historiadores que trabalham com o recorte temporal em questão, abordam o movimento dos marinheiros enfatizando a quebra de hierarquia e a indisciplina em detrimento das suas demandas sociais. Caracteriza-se assim, a mobilização desses militares como um atentado contra os “[...] fundamentos da disciplina e da hierarquia como condições indispensáveis para o exercício de comando de quaisquer forças militares regulares.” (REIS, 2004, p. 38). Esse tipo de abordagem historiográfica do movimento dos marinheiros entre os anos de 1962 e 1964 deixa de considerar o social enquanto provocador de mudanças políticas. E deixa também, de inseri-lo no contexto do golpe civil-militar enquanto uma das “[...] estruturas básicas sobre as quais a política se assentava.” (JANOTTI, 2011, p. 11). Na medida em que a mobilização dos marinheiros, e, em especial, a assembleia de 25 de março de 1964, é interpretada por muitos historiadores como fato precipitador dos acontecimentos do dia 31 de março do mesmo ano, é necessário compreender as demandas sociais daqueles militares como fator preponderante para sua mobilização, sem reduzir o movimento apenas à subversão da hierarquia e à indisciplina.

O historiador Thomas Skidmore apresenta uma abordagem historiográfica acerca do movimento dos marinheiros, além de ressaltar a questão da indisciplina em detrimento das demandas sociais inerentes ao segmento, como na seguinte colocação do autor: “O que finalmente galvanizou a ação dos moderados foi o flagrante desafio de Jango ao princípio da disciplina militar durante o fim da Semana Santa de 27 a 29 de março.” (SKIDMORE, 2003, p. 358). Também caracteriza a AMFNB, como:

¹⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. *A Tribuna do Mar*, Rio de Janeiro, 12 fev. 1964. Ver também: Rodrigues (2004, p. 94).

[...] um sindicato que exigiria melhoria de condições de trabalho a seus comandantes [...] que havia ganho o apoio dos marinheiros liderando suas reivindicações de melhor soldo e o direito de se casarem e de usar trajes civis quando fora do serviço. (SKIDMORE, 2003, p. 358).

O autor ressalta a espontaneidade do movimento dos praças menos graduados da Marinha, mas deixa de considerar a capacidade de conscientização política de seus membros, no que tange às suas demandas específicas e à realidade política do período em questão, ao afirmar que “[...] sua liderança estava ligada diretamente aos esquerdistas radicais que se haviam entendido com o presidente nos moldes da nova estratégia de 13 de março.”¹⁸ (SKIDMORE, 2003, p. 358).

A alta administração naval, mais especificamente o Conselho do Almirantado, não reconhecia as reivindicações dos seus subordinados. A negativa em abrir negociação em torno das reivindicações dos marinheiros e o “rótulo” de comunista, agitador, indisciplinado e subversivo, atribuídos ao movimento e a seus integrantes, contribuiu para uma acentuada radicalização dos mesmos. Promovia-se, dessa forma, um distanciamento do almirantado e travava-se uma “batalha” pública no cenário político nacional ao apoiar as propostas reformistas do presidente João Goulart e tratar publicamente de questões políticas¹⁹ de amplitude nacional.

Os posicionamentos políticos das Forças Armadas, quando manifestados publicamente, eram realizados através de seus respectivos Clubes Militares. Estes posicionamentos, sobretudo nos meses que antecederam o golpe em 1964, cada vez mais denotavam uma crise acentuada no seio da força naval, diante de manifestações públicas de caráter político dos marinheiros. Tal situação pode ser melhor evidenciada no artigo assinado pelo marinheiro Antônio Duarte dos Santos, intitulado A responsabilidade do militar, e publicado na edição do dia 12 de fevereiro de 1964, do jornal da AMFNB, no qual ele dizia:

[...] em países como o nosso, subsiste uma acentuada e violenta discriminação, particularmente em nossas Forças Armadas. A própria natureza da sociedade neocolonialista proporciona este implacável método separativista. Tudo isso fundamentado na torpe mentira da fraternidade e equidade de direitos inexistentes. [...] Antes de mais nada queremos crer que é indispensável modificar este velho ponto de vista do “militar disciplinado” e alheio aos problemas de sua pátria, porque os problemas de sua pátria são os problemas de seu país e irmãos [...] o militar tem que estar atento a todos

¹⁸ Em referência ao comício realizado por João Goulart, em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Estado da Guanabara.

¹⁹ Conduta considerada como contravenção disciplinar, de acordo com o item 70, do Art. 7º do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

estes problemas, do contrário ficará relegado a simples objeto de repressão de seu povo, do contrário o militar continuará sempre tendo suas ações limitadas por este pensamento belicista e retrógrado. Devemos ou não lutar contra essa dominação de nossa consciência? (BIBLIOTECA NACIONAL, 1964a).²⁰

No trecho acima, consideramos importante ressaltar a demanda por igualdade de direitos dentro da categoria e a própria ampliação do movimento dos marinheiros, ao propor a modificação da figura do “militar disciplinado” e estranho aos “problemas de sua pátria”. As colocações do marinheiro Antônio Duarte denotam uma gradual radicalização do movimento, bem como a consciência do tipo de cidadania que lhes era apresentada e aquela a qual almejavam, com representatividade política e acesso a direitos como educação.

No campo teórico, uma inspiração que elencamos refere-se à possibilidade de que a ampliação do movimento dos praças de menor graduação da Marinha, pode ser compreendida, acreditamos, a partir da reflexão de Thompson sobre um sentimento de pertença/fazer-se enquanto grupo social. Talvez a emergência de um processo relacional da identidade apresentado por Woodward seja útil para compreender o aparecimento do “eu” marinheiro no que concerne às relações daquele segmento tanto com a própria oficialidade e a alta administração naval como também com grupos externos a Marinha, tais como trabalhadores, estudante. Logicamente, nas dimensões de um artigo, temos consciência que não podemos esgotar um debate teórico tão denso. Somente apontamos uma possibilidade de discussão teórica interessante a ser trilhada.

A mobilização política e a manifestação pública dos marinheiros, entre os anos de 1962 e 1964, descortinava a existência de um conflito social acentuado na Marinha e também desfazia a ideia de unidade dos militares junto à opinião pública. A divergência em termos de posicionamento político no interior da cúpula militar, por mais radical que fosse – como no episódio da sucessão de Jânio – não era vista como subversão ou quebra da hierarquia e da disciplina. Mas quando essa divergência partia dos praças, ainda que relacionada às questões sociais e às condições de trabalho, atentava aos princípios da disciplina e da hierarquia, evidenciados nos artigos 1º e 4º do RDM. Consideramos este um aspecto relevante, tendo em vista que os militares constituem uma única categoria e que, teoricamente, todos estariam sujeitos às mesmas normas e regulamentos.

²⁰ BIBLIOTECA NACIONAL. **A Tribuna do Mar**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1964. Ver também: Rodrigues (2004, p. 93).

As punições disciplinares aplicadas aos militares eram contabilizadas em um documento chamado “caderneta de registros”²¹, cuja extinção era uma das reivindicações dos marinheiros. Pois, segundo eles, esse documento individual para cada militar, era um instrumento poderoso de dominação, já que, os registros nele contabilizados ficavam a cargo dos oficiais, que, muitas vezes, por interesses próprios, poderiam lançar punições por entender que o militar “estava com a barba grande” ou com o “sapato não condizente com a farda da Marinha”, por exemplo. Ou seja, situações altamente subjetivas, mas que eram utilizadas de acordo com a simpatia de um oficial por um determinado militar ou seus interesses pessoais. Essa subjetividade se evidenciava em diversas contravenções disciplinares elencadas no artigo 7º do RDM, tais como: “responder de maneira desatenciosa ao superior”, “portar-se sem compostura em lugar público”, “ser descuidado no asseio do corpo e da roupa”, “estar fora do uniforme ou tê-lo em desalinho” e “simular doença”. De acordo com a contravenção, o militar poderia ser punido por seu superior com penas que variavam desde a repreensão, passando pelo impedimento de ausentar-se do quartel ou navio, até a expulsão do serviço à Marinha.²² Muitos desses itens ainda vigoram no RDM.

Considerando o fato de que para os militares das graduações inferiores à de terceiro-sargento permanecerem servindo à Marinha, estes não poderiam contabilizar, em suas cadernetas-registro, mais de trinta pontos perdidos com punições.²³ Deste modo, esses militares estavam constantemente expostos aos excessos de muitos superiores, que os coagiam ou aplicavam punições, como “impedimento a bordo” ou “pagar uma faina”²⁴ após o expediente, sem que tais punições fossem contabilizadas nas cadernetas-registros dos militares. Em sua narrativa ao historiador Flávio Rodrigues, o ex-marinheiro Pedro Viegas apresentou um exemplo de dessas práticas de coação:

[...] Pedro Viegas lembra de um caso, segundo ele muito comentado na época, de um marinheiro que passou a ser ameaçado de receber anotações em sua caderneta de registro por um oficial a quem recusara favores sexuais. Este marinheiro só não foi expulso porque outros oficiais intervieram, transferindo-o para outro navio. (RODRIGUES, 2004, p. 96).

²¹ Documento administrativo comum a todos os militares da Marinha (oficiais e praças) onde se realizava o acompanhamento da carreira do militar, registrando todas as ocorrências relativas ao mesmo, não somente as punições.

²² Somente aplicada para os praças das graduações de sargento até marinheiros e soldados, conforme o Art. 13 do RDM.

²³ Cf. Art. 71 e 85 do Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

²⁴ Expressão marinheira que significa “determinar algum serviço”.

O abismo social presente no seio da força naval brasileira estava no cerne da questão. Associado a isto, temos ainda a inflexibilidade do Conselho do Almirantado em dialogar com os marinheiros, no intuito de buscar respostas para as demandas apresentadas por estes militares, estabelecendo um canal de comunicação a fim de contribuir para o fim da crise que se apresentava.

Em sua obra, o historiador Flávio Luís Rodrigues (2004, p. 96) aponta que a Associação dos Marinheiros passou a buscar interlocutores diretamente no governo federal, como o ministro do trabalho Amauri Silva e o chefe da Casa Civil da Presidência da República o Sr. Darcy Ribeiro.²⁵ Diante da inflexibilidade da alta administração naval os integrantes da AMFNB passaram a crer que as mudanças que desejavam na Marinha não poderiam ser realizadas através do diálogo com as autoridades navais. Mas acreditavam que essas mudanças poderiam ser implementadas pelo próprio Presidente da República, se o seu projeto reformista para o país fosse adiante. Deste modo, os marinheiros optaram por permanecer fiéis ao governo Goulart e à Constituição.

Sendo assim, no dia 24 de março de 1964 o ministro da Marinha, almirante Sylvio Motta determinou a prisão de 12 diretores da AMFNB pela sua participação em debates sobre as reformas de base durante reunião no Sindicato dos Bancários e no dia seguinte determinou a prisão de mais 40 marinheiros. Este fato não impediu a realização da assembleia do dia 25 de março em comemoração aos dois anos da Associação, porém, mudou seu caráter. O que seria um ato festivo, transformou-se em uma assembleia permanente diante das notícias de ordens de prisão, da divulgação de que “[...] os militares que vão cumprir a terceira pena disciplinar serão licenciados²⁶ após a conclusão do castigo, conforme preceitua o Regulamento Disciplinar.” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1964b, p. 3).²⁷ Diante dos acontecimentos e da possibilidade de punições em massa caso os marinheiros retornassem aos seus navios ou quartéis, estes iniciaram uma vigília no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro e declararam-se em assembleia permanente até que suas reivindicações fossem aceitas, começava uma “queda de braço” entre o ministério da Marinha e a Associação.

²⁵ De acordo com o historiador Flávio Rodrigues, algumas reuniões eram realizadas no apartamento do Sr. Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro.

²⁶ Excluídos do serviço na Marinha, conforme os Art. 28 do Regulamento Disciplinar para a Marinha.

²⁷ BIBLIOTECA NACIONAL. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1964b. p. 3.

O desfecho deste episódio no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, com a libertação dos marinheiros, foi amplamente explorada pela mídia carioca, no sentido de relacionar a figura do presidente à indisciplina e a desordem promovidas por **amotinados** da Marinha, como divulgou o jornal “**O Globo**”:

Cumprida a promessa do Presidente da República obtida com a mediação do CGT e da qual estava ciente o novo ministro da Marinha, almirante reformado, Paulo Mário da Cunha Rodrigues. Os amotinados da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil que haviam sido removidos do Sindicato dos Metalúrgicos, onde começou o movimento, para o Batalhão de Guardas do Exército, deste foram libertados e começaram a sair às 17:40. E deram início logo a uma passeata que se deteve na estátua de Marcílio Dias na Praça Onze, dirigindo-se depois até a Candelária de onde após ovacionarem os almirantes Paulo Mário, novo titular da Marinha, Araújo Suzano, novo chefe do Estado Maior da Armada e Cândido Aragão, que assumiu o comando geral dos fuzileiros navais, dirigiram-se para a sede de sua Associação. (BIBLIOTECA NACIONAL, 1964c).²⁸

Ao procurar interlocutores próximos ao Presidente da República, como já citado, os marinheiros marcavam sua aproximação do governo Goulart. As manifestações públicas de apoio às reformas propostas por João Goulart, também evidenciavam essa aproximação e uma evidente ampliação das reivindicações dos marinheiros para questões externas à Marinha. Como é possível constatar a seguir, nos trechos do discurso do “cabo” José Anselmo dos Santos, proferido no dia 26 de março de 1964 durante a assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro:

[...] Senhor Presidente, a saudação do povo fardado que, com ansiedade, espera a realização efetiva das Reformas de Base, que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis [...].
[...] Em nossos corações de jovens marujos palpita o mesmo sangue que corre nas veias do bravo marinheiro João Cândido, o grande Almirante Negro, e seus companheiros de luta que extinguiram a chibata da Marinha. Nós extinguiremos a chibata moral, que é a negação do nosso direito de voto e de nossos direitos democráticos. Queremos ver assegurado o livre direito de organização, de manifestar o pensamento, de ir e vir. Defendemos intransigentemente os direitos democráticos e lutamos pelo direito de viver como seres humanos. Queremos, na prática, a aplicação do princípio constitucional: “todos são iguais perante a lei”. Nós, marinheiros e fuzileiros navais, reivindicamos: reforma do Regulamento Disciplinar da Marinha, regulamento anacrônico que impede até o casamento; não interferência do Conselho do Almirantado nos negócios internos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil; reconhecimento pelas autoridades navais da AMFNB; anulação das faltas disciplinares que visam apenas a intimidar os associados e dirigentes da AMFNB [...].
[...] Iniciamos esta luta sem ilusões. Sabemos que muitos tombarão para que cada camponês tenha direito ao seu pedaço de terra, para que se construam escolas, onde nossos filhos possam aprender com orgulho a história de uma Pátria nova que começamos a construir [...]. (RODRIGUES, 2004, p. 109-110).²⁹

²⁸ BIBLIOTECA NACIONAL. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1964c. Capa.

²⁹ Cf. Arquivo pessoal do ex-fuzileiro Paulo Novaes Coutinho.

A questão da “quebra da hierarquia e da disciplina” fora amplamente explorada pelos golpistas em detrimento das reivindicações dos integrantes da AMFNB, que conforme exposto nos trechos do discurso acima, não mais se limitavam à questões ligadas à força naval.

A partir da efetivação do golpe civil-militar, ainda nos primeiros dias do mês de abril de 1964, fora desencadeada a chamada “operação limpeza”, em que foram “caçados” todos aqueles que de alguma forma apoiaram o governo Goulart. Enquanto no meio civil a operação limpeza foi conduzida de maneira implacável, na Marinha não fora diferente. No dia 3 de abril o então empossado ministro da Marinha, almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald, determinava a instauração de inquérito para apurar os fatos ocorridos na assembleia da AMFNB do dia 25 de março. No dia 8 de abril comunicou a expulsão da Marinha dos membros da diretoria da associação. Dois dias depois o ministro comunicou a expulsão de 26 fuzileiros, que depuseram as suas armas por ocasião do cerco ao Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro no dia 26 de março. Quando por ordem do então ministro da Marinha, Almirante Sylvio Motta, estes e outros militares do Corpo de Fuzileiros Navais foram enviados ao sindicato com o intuito de debelar a assembleia permanente da AMFNB que lá se instaurara. Ordens de prisão aos membros da diretoria foram encaminhadas às delegacias, incumbindo a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) de encontrá-los e prendê-los. A 29 de julho a União entrava com um mandado para averbação de dissolução da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, que em 23 de novembro fora julgado procedente pelo juiz Renato Lomba, determinando o fim das atividades da associação dos marinheiros.

Expulsos da Marinha, com mandados de prisão “sobre suas cabeças” e sem a AMFNB enquanto entidade oficial, aqueles marinheiros e fuzileiros navais estavam desmobilizados e tinham então uma “tormenta pela proa”.

Nesse cenário, expoentes do movimento como José Anselmo, Avelino Capitani, José Duarte, Geraldo da Costa e demais membros ativos da AMFNB, dispersaram-se pelo país. Alguns foram para o Uruguai, na esperança de que Leonel Brizola e Darcy Ribeiro pudessem articular alguma resistência, outros entraram no anonimato em meio à sociedade civil e alguns ingressaram em movimentos de luta armada já em meados da década de 1960.

Considerações finais

Observar o processo de radicalização da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, especialmente no contexto histórico do ano de 1964, somente como um movimento de indisciplina e subversão da hierarquia no qual marinheiros foram conduzidos “pelas esquerdas” a radicalizar seu movimento e contrapor-se às determinações do almirantado. É desmerecer e depreciar tanto intelectualmente quanto politicamente aqueles homens que se mobilizaram em torno de uma associação, atuando como membros ativos, colaboradores ou apenas simpatizantes desta. Pois, essa síntese do movimento dos marinheiros em 1964, muito utilizada na época pelos oficiais golpistas, desconsidera naqueles marinheiros, de origem pobre em sua maioria, a capacidade de entender a realidade à qual estavam submetidos. E de superar as inúmeras dificuldades que lhes eram impostas pelos seus superiores, pelo trabalho a bordo e pela própria sociedade, que em muitos momentos lhes tinha como marginais. Buscando através da educação, da politização e da mobilização de seus pares, as mudanças que acreditavam necessárias para que pudessem transformar a realidade a qual estavam submetidos na Marinha do Brasil.

O processo de radicalização da associação acompanhou o grau de inflexão do almirantado em dialogar com os marinheiros a fim de reconhecer as suas demandas de ordem social. Acompanhou também o processo de acentuada politização de seus membros, o contexto político interno e externo, e, sobretudo, as perseguições implementadas pela alta administração naval ao movimento dos marinheiros, que levaram o mesmo a radicalizar-se junto às esquerdas em defesa do governo Goulart. Desse modo é possível observar que os desdobramentos da mobilização dos marinheiros a partir de 1962 não foram conduzidos pela vontade dos governantes ou dos comandantes navais, nem pelas ações e posicionamentos das lideranças da AMFNB, mas constituem parte integrante do processo de construção da identidade deste segmento social específico.

Por fim, consideramos que as demandas sociais de um grupo submetido a séculos de preconceito, violência e cerceamento de direitos, os levaram a compreender as suas origens e o cenário do qual eram parte. Cientes de sua força, os marinheiros buscaram junto aos altos escalões do governo brasileiro as mudanças necessárias para que pudessem transformar aquela realidade a qual estavam submetidos. Por esta razão foram taxados de subversivos e indisciplinados, foram perseguidos e presos, alguns

mortos, e seu movimento, bem como suas demandas e capacidade de reflexão e mobilização política, foram submetidos a um relativo “esquecimento” histórico.

O presente artigo procurou contribuir para uma melhor compreensão dos integrantes do movimento dos marinheiros de 1964 enquanto sujeitos do processo histórico. Buscando ainda, através de suas memórias, suscitar novas pesquisas que venham a iluminar cada vez mais esse período ainda tão nebuloso da história da sociedade brasileira.

In the course of memory: radicalization of the sailors' movement in 1964

Abstract

This article seeks to reinterpret the sailors' movement between the years 1962-1964, in particular its radicalization in the last year, from the analysis of the contradictions inherent to the object itself. Since the demands of these military encountered barriers of various orders, especially their negation of naval senior management in open spaces of negotiation related to the basic rights of the smaller ranks of this force. Besides the strained political climate of the period, this article presents the hypothesis that the disparate social backgrounds of officers and enlisted Navy officials, associated with the hierarchical relationships established with the sailors, also reinforced this denial. Still analyzing the escalating crisis between the Admiralty Board and the Association of Sailors and Marines of Brazil, as part of the process that led to the civil military coup in 1964.

Keywords: Sailors; Memory; Radicalization; Social demand.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

- BIBLIOTECA NACIONAL. **A Tribuna do Mar**, Rio de Janeiro, 12 fev. 1964a.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1964b. p. 3.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1964c. Capa.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1964d. p. 6.

Fontes secundárias

ALMEIDA, Anderson da Silva. **Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Pós-graduação em História, Niterói.

ASSOCIAÇÃO dos Taifeiros da Armada. Disponível em: <<http://www.taifeirosdaarmada.org.br/estatuto.pdf>>. Acesso em: 27 de jul. 2014.

BERSTEIN, Serge. A cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.

BRASIL. Decreto nº. 22.070, de 10 de novembro de 1932. Aprova o Regulamento do Conselho do Almirantado. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1932. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=151878>>. Acesso em: 28 jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº 28.880, de 20 de novembro de 1950. Aprova o regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1950. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28880-20-novembro-1_950-331832-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº. 95.480, de 13 de outubro de 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1955. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38010-5-outubro-1955-335377-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

BRASIL. Decreto 44.061, de 23 de julho de 1958. Aprova o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 23 de julho de 1958. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44061-23-julho-1958-383220-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

BRASIL. Decreto nº. 38.010, de 13 de dezembro de 1987. Dá nova redação para a Ordenança Geral para o Serviço da Armada. **Diário Oficial da União**, Brasília, 13 de dezembro de 1987. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-95480-13-dezembro-1987-446244-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 27 jul. 2014.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2014.

CAPITANI, Avelino Biden. **A rebelião dos marinheiros**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CHAUÍ, Marilena. **Convite á Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Marcos Sá. **1964 visto e comentado pela Casa Branca**. Porto Alegre: L&PM, 1977.

DELGADO, Lucília, de Almeida Neves. **História Oral- Memória, tempo identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DUARTE, Antônio. **A luta dos marinheiros**. Rio de Janeiro: Inverta, 2005.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. São Paulo: EdUSP, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O livro fontes históricas como fonte. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de guerra: O movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964) e a Revolta dos Sargentos de Brasília**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 4, 1989.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. **Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910**. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964 – 2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Flávio Luís. **Vozes do mar, o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964**. São Paulo: Cortez, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. Ditadura, intelectuais e sociedade: O Bem-Amado de Dias Gomes. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

Recebido em junho de 2014.
Aprovado em agosto de 2014.